

REDES DE PROTEÇÃO, TERRITÓRIO E ROTAS CRÍTICAS

Cartografando trajetórias da violência feminicida na Maré

Julia Leal • OFRJ/UFRJ

UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
COLÉGIO BRASILEIRO DE ALTOS ESTUDOS

O percurso da aula

Do desenho formal da política às trajetórias concretas de proteção.

01 REDE DESENHADA

O que é uma rede de atenção?

Quem a compõe?

Como deveria funcionar?

02 REDE VIVIDA

Como mulheres em favelas acessam proteção?

Quais redes aparecem antes do Estado?

03 REDE ANALISADA

Cartografia + rota crítica

Onde o risco se intensifica?

Onde a trajetória poderia ser interrompida?

Ideia-chave: rede desenhada, rede vivida, rede analisada.



1

Rede desenhada

O desenho formal da política: quem compõe a rede, como ela deveria funcionar e quais pactuações sustentam a proteção.

Rede de proteção: mais do que um conjunto de serviços

Uma rede se produz pela articulação entre instituições, profissionais e sociedade civil. Sua potência depende de fluxos, responsabilidades compartilhadas e capacidade de produzir cuidado e proteção.

INTRASSETORIAL

Articulação dentro de um mesmo setor

Ex.: atenção básica, CAPS, hospitais e serviços especializados de saúde.

INTERSETORIAL

Articulação entre diferentes políticas

Saúde, assistência social, justiça, segurança pública e políticas para mulheres.

TERRITORIAL

Articulação com redes comunitárias

Organizações locais, grupos de mulheres, vínculos comunitários e outras formas de cuidado no território.

Rede não é soma de equipamentos: é articulação viva, com pactuação de fluxos, comunicação e acompanhamento.

Exemplos de serviços da rede de proteção

Serviços que podem compor os percursos de mulheres da Maré - dentro e fora do território.

SAÚDE

UPA e unidades de atenção básica
CAPS e hospitais

ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRAS Nelson Mandela
CREAS / PAEFI

JUSTIÇA E DIREITOS

Defensoria Pública / NUDEM
medidas protetivas, guarda, divórcio e alimentos

SEGURANÇA PÚBLICA

DEAM e outras delegacias
registro, investigação e solicitação de medidas protetivas

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

CEAM Chiquinha Gonzaga
CIAM Márcia Lyra
CRM/UFRJ e CRMM
Carminha Rosa

SOCIEDADE CIVIL

Casa das Mulheres da Maré
Conexão G
Casa Resistências

A presença física dos serviços não garante acesso efetivo: confiança, circulação no território, fluxos de encaminhamento e articulação entre equipamentos também definem a proteção.

Fonte: Análise cartográfica sobre feminicídio na Maré, seção 4.

A rede não nasce pronta: ela precisa ser construída

1. Diagnosticar território e serviços → 2. Definir papéis profissionais → 3. Pactuar fluxos e protocolos

4. Formalizar responsabilidades → 5. Formar continuamente → 6. Comunicar com a população

Monitoramento e avaliação precisam revisar continuamente a rede para garantir integralidade, humanização e evitar revitimização.

Base: Nota Técnica, p. 4.

Pactos contra o feminicídio: Brasil e Rio de Janeiro

Compromisso dos Três Poderes e articulação estadual da rede de proteção

PACTO BRASIL

Instituído em fevereiro de 2026, articula Executivo, Legislativo e Judiciário em uma atuação coordenada e permanente para enfrentar o feminicídio e proteger a vida de mulheres e meninas.

QUATRO EIXOS PRIORITÁRIOS

- medidas protetivas de urgência
- rede de atendimento
- responsabilização do agressor
- mudança cultural

Eixos transversais: dados, relação interfederativa, marcos legais e articulação com empresas e sociedade civil.

PACTO ESTADUAL E OBSERVATÓRIO

PACTO ESTADUAL	Lei nº 11.231/2026: institui o Pacto Estadual Rio de Janeiro Contra o Feminicídio como política permanente.
ADESÃO DO RJ	O RJ aderiu ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios em novembro de 2024 (Decreto nº 11.640/2023).
OBSERVATÓRIO	Instituído pela Lei nº 9.644/2022, apoia tecnicamente o monitoramento e a avaliação do pacto estadual.
BASE LEGAL	Decreto nº 50.468/2026: articula o Observatório à produção de dados, indicadores, estudos e relatórios do pacto.

Chave: prevenir feminicídios exige uma rede articulada antes que a violência se torne letal.

Fontes: Dec. federal 12.839/2026; Lei RJ 11.231/2026; Lei RJ 9.644/2022; Dec. RJ 50.468/2026; Ministério das Mulheres (26/11/2024).

OBSERVATÓRIO DO FEMINICÍDIO · UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro · Colégio Brasileiro de Altos Estudos · Secretaria da Mulher e de Políticas Inclusivas · Governo do Estado Rio de Janeiro



Rede vivida

O território modifica o acesso: serviços existentes, redes comunitárias, circulação, barreiras e formas concretas de cuidado.

2

Quando o território entra no desenho da política

A existência formal de serviços não equivale a acesso efetivo.

Violência armada	reorganiza circulação e horários
Mobilidade precária	altera a possibilidade de chegar aos serviços
Desconfiança institucional	pode retardar ou impedir a procura por ajuda
Sigilo e medo de represálias	interferem na decisão de formalizar a violência

TERRITÓRIO

não é apenas o lugar onde os serviços estão.

É uma dimensão da própria ACESSIBILIDADE

A pergunta deixa de ser “quais serviços existem?” e passa a ser “como as mulheres conseguem — ou não — percorrê-los?”

Base: artigo “Cartografando o feminicídio”, seção 4.1.

OBSERVATÓRIO DO FEMINICÍDIO

Rota crítica: decisões, ações e respostas encontradas

Em Montserrat Sagot, a rota crítica é o percurso efetivamente vivido pelas mulheres na busca de soluções – não um fluxo institucional ideal.

ROMPER O SILÊNCIO → BUSCAR APOIO → ENCONTRAR RESPOSTAS → CONTINUAR, INTERROMPER OU REFAZER O PERCURSO

FATORES IMPULSORES

- reconhecimento do agravamento da violência
- apoio de pessoas próximas
- informação sobre direitos e serviços
- condições materiais e recursos disponíveis
- respostas institucionais acolhedoras e eficazes

FATORES INIBIDORES

- medo, ameaças e dependências
- isolamento e ausência de apoio
- desconhecimento ou inacessibilidade dos serviços
- respostas culpabilizadoras ou revitimizantes
- fragmentação e baixa qualidade da resposta institucional

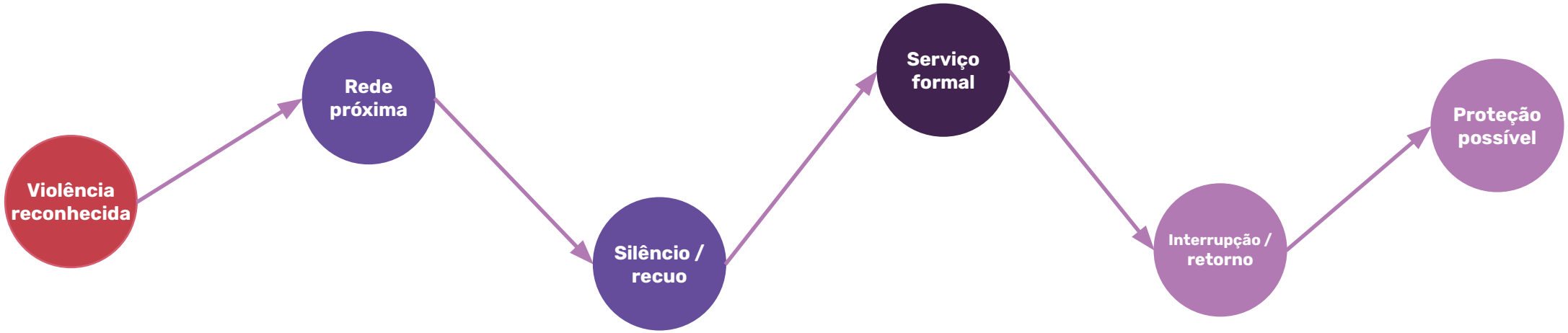
A resposta da rede pode se tornar, ela própria, um fator que impulsiona ou inibe a continuidade da busca por proteção.

Referência: SAGOT, Montserrat. La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina. OPS, 2000.

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro · Colégio Brasileiro de Altos Estudos · Secretaria da Mulher e de Políticas Inclusivas · Governo do Estado Rio de Janeiro

Rota crítica: o percurso real em busca de proteção

As trajetórias raramente seguem o fluxo linear previsto pela política pública.



aproximações • recuos • interrupções • silêncios • novos acionamentos

A rota crítica permite observar não apenas onde a mulher chegou, mas onde a proteção falhou em se tornar percurso efetivo.

Base: artigo, considerações finais e referência a Baragatti et al. (2019).



Rede analisada

Cartografia e rota crítica para acompanhar trajetórias, localizar pontos de risco e pensar possibilidades de interrupção.

3

Cartografar não é apenas localizar no mapa

A cartografia acompanha processos em movimento: relações, práticas, afetos, instituições e territórios na produção da realidade.

PERGUNTA RETROSPECTIVA

Como ocorreu o feminicídio?

PERGUNTA CARTOGRÁFICA

Como essa trajetória foi produzida?

PERGUNTA PREVENTIVA

Em que momentos ela poderia ter sido interrompida?

Conhecer = acompanhar transformações, conflitos, continuidades e pontos de inflexão.

Base: artigo, seção 2.2 — diálogo com Deleuze & Guattari; Passos, Kastrup & Escóssia.

Percurso metodológico da cartografia

A cartografia articulou aproximação territorial, serviços da rede e fontes abertas.

CONVERSAS INFORMAIS

Conversas com moradoras/es e atores locais.

OBJETIVO	Acessar saberes e percepções sobre as trajetórias.
ATENÇÃO	Elementos que nem sempre aparecem nos registros formais.
CHAVE	Escuta situada.

VISITAS INSTITUCIONAIS

Visitas a serviços na Maré e em seu entorno.

OBSERVAÇÃO	Fluxos, acesso e articulação entre equipamentos.
QUESTÃO	Como a rede formal se realiza no território?
FOCO	Percursos concretos de proteção.

ANÁLISE DE NOTÍCIAS

Notícias e informações públicas sobre os casos.

ARTICULAÇÃO	Diálogo com informações produzidas no território.
OBJETIVO	Acompanhar processos, não apenas o evento letal.
RESULTADO	Identificação de pontos críticos nas trajetórias.

A cartografia não busca produzir uma narrativa única: acompanha trajetórias, redes acionadas e possibilidades de interrupção da violência.

OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS
UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
COLÉGIO BRASILEIRO DE ALTOS ESTUDOS
Secretaria da Mulher e de Políticas Inclusivas
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

Caso 1 — Rosana: quando a ausência de registro não é ausência de violência



Separação

o vínculo permanece pela parentalidade

Cotidiano

conflitos conhecidos por familiares e vizinhança

Território

violência armada + restrições de circulação

6 abr. 2025

feminicídio dentro de casa

O que a cartografia torna visível?

A permanência do contato após a separação, a ausência de mediação institucional, a centralidade da casa e a sobreposição entre violência de gênero e violência territorial.

Base: artigo, caso 1, pp. 8–9.

Caso 2 — Cecília: o risco era socialmente reconhecido

ANTES

Separação
Vigilância constante
Ciúmes e perseguição

NO TERRITÓRIO

Familiares e moradores reconheciam controle e intimidação

NA NOITE

Vizinhos ouvem gritos e tentam intervir imediatamente

DEPOIS

Investigação e responsabilização penal

Ponto de inflexão: a separação e a persistência do controle depois dela.

Base: artigo, caso 2, pp. 10–11.

Caso 3 — Beatriz: sobreviver não encerra a trajetória

ANTES DA AGRESSÃO

- conflitos recorrentes
- controle e ciúmes
- sinais conhecidos no círculo familiar/comunitário
- sem registros públicos prévios identificados

INTERRUPÇÃO CONTINGENTE

A agressão foi interrompida pela intervenção da filha de cinco anos — não por um dispositivo prévio de proteção.

Depois da sobrevivência

- sequelas físicas
- sofrimento psíquico
- reorganização da vida
- impactos sobre as crianças
- necessidade de proteção continuada

OBSERVATÓRIO DO FEMINICÍDIO

O que aparece quando lemos os três casos juntos?

1	**A violência extrema é precedida por sinais reconhecíveis**	conflitos persistentes, controle, perseguição, intensificação após separações
2	**O saber sobre o risco existe antes do registro formal**	familiares, vizinhas, redes religiosas e comunitárias percebem o agravamento
3	**A resposta estatal aparece com mais nitidez depois da violência extrema**	investigação, atendimento de urgência e responsabilização penal
4	**O território participa da produção do acesso à proteção**	circulação, medo, confiança, mobilidade e violência armada reorganizam os percursos

Síntese analítica baseada na leitura conjunta dos casos e na seção 4 do artigo.

Rede formal e redes comunitárias: não é uma escolha entre uma ou outra

REDE FORMAL

Protocolos
Registros
Serviços especializados
Responsabilidades institucionais
Capacidade de garantir direitos

REDES COMUNITÁRIAS

Proximidade
Confiança cotidiana
Reconhecimento precoce
Escuta e acolhimento
Circulação de informações

Desafio preventivo: criar articulações sem transferir às comunidades a responsabilidade que é do Estado.

Base: artigo, seção 4.2.

Da resposta à violência à prevenção das trajetórias

Mudar a pergunta muda a política.

PERGUNTA 2

Quais serviços existem?

Importante — mas insuficiente.

PERGUNTA 2

Como as mulheres efetivamente percorrem essa rede?

É aqui que a rota crítica se torna central.

Prevenir = transformar trajetórias reconhecíveis de violência em percursos efetivos de proteção.

Base: artigo, seção 4.3.

Para discutir em sala

1. Em que momento cada trajetória poderia ter encontrado uma resposta protetiva?

2. Que atores já sabiam que havia risco — e por que esse saber não se transformou em proteção?

3. Como desenhar uma rede que reconheça o território sem responsabilizar a comunidade pela ausência do Estado?

Exercício: escolha um dos casos e desenhe sua rota crítica — sinais, atores, serviços, interrupções e janelas de prevenção.

Síntese

REDE	não é lista de equipamentos; é articulação
TERRITÓRIO	não é cenário; condiciona o acesso e a proteção
CARTOGRAFIA	não reconstrói apenas o episódio de violência; acompanha processos
ROTA CRÍTICA	torna visíveis aproximações, recuos e interrupções
PREVENÇÃO	**exige agir antes que a violência extrema organize retrospectivamente a história**

Cartografar essas trajetórias é deslocar a pergunta do feminicídio consumado para as possibilidades concretas de sua interrupção.

Referências centrais da aula

OBSERVATÓRIO DO FEMINICÍDIO RJ. Redes de Atenção à Violência: atenção a homens e mulheres em situação de violência por parceiros íntimos. 2025.

LEAL, Julia; KRENZINGER AZAMBUJA, Miriam. Cartografando o feminicídio: rotas críticas e redes de proteção na Maré. Manuscrito.

BARAGATTI, D. Y. et al. Rota crítica de mulheres em situação de violência: revisão integrativa. Rev Panam Salud Publica, 2019.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs. 1995.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). Pistas do método da cartografia. 2009.

REDES DA MARÉ. Práticas de Resistência para Enfrentar a Violência Urbana de Gênero na Maré. 2022.

SAGOT, Montserrat. La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina. OPS, 2000.
BRASIL. Decreto nº 12.839/2026. Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Feminicídio.